

UMA VISÃO DA CRISE DO PODER JUDICIÁRIO

FRANCISCO PEÇANHA MARTINS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A morosidade na solução das lides não é fenômeno recente nem brasileiro. Ao longo dos séculos, paralelamente ao desenvolvimento do direito processual, se acentua a demora na prestação da justiça.

No Brasil-colônia, **Gregório de Matos**, o Boca do Inferno, já o registrava. Na Polônia, o imortal **Kafka** o estigmatizava em "O Processo". **Rui Barbosa**, nos conselhos imorredouros da "Oração dos Moços", invectivava o juiz tardinheiro, concluindo que "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifestada".

A justiça brasileira, sobretudo a comum, praticada pelos Estados Federados, é tarda, o que favorece os interesses do Estado inadimplente e das elites, dos "Donos do Poder", definidos pelo *batonier* Faoro.

A par da proteção "dos interesses" do Estado e das classes dominantes, crescem as dificuldades resultantes das culturas judaico-cristã, grega e romana, e portuguesa, arraigadas no homem brasileiro, nascido pecador e com a síndrome do julgamento do "Justo".

A conjugação do nobre ideal de justiça escoimado de riscos de condenação do inocente, com o resguardo dos interesses do Estado e das chamadas elites, determinaram a construção de processo civil e penal calcados no modelo romano, conduzentes ao retardamento da solução da lide.

Além disso, após a democratização do país, avolumou-se a pletora de ações judiciais e agudizou-se a crítica ao Poder Judiciário, com ênfase à morosidade acentuada.

Nos dias que correm, na fase da "globalização da economia", as queixas se avolumam e até o Presidente do Fundo Monetário Internacional reclama a reforma do Judiciário, dizendo-a fundamental, por certo, à vinda de capitais externos para aplicações em atividades produtivas.

O volume de processos em curso aumenta avassaladoramente inviabilizando, praticamente, a atividade judicante da mais alta Corte do país, o STF, e conduzindo à estafa os magistrados do STJ, cuja média de processos julgados no ano findo esteve em torno de 3.500 por Ministro, prevendo-se um maior número de feitos no ano em curso e nos vindouros, à medida em que se amplie a consciência de cidadania dos brasileiros e persista a vocação legiferante dos governantes.

A mídia, antes acerba crítica do Poder Judiciário no qual só divisava as mazelas, começa, finalmente, a se dar conta da gigantesca tarefa realizada pelos magistrados, todos envolvidos na extraordinária missão de julgar milhares de processos, que se acumulam nas mais diversas instâncias julgadoras. É certo que os algozes ainda são meio vesgos, enxergando apenas as dificuldades enfrentadas pelo Pretório Excelso, como fez em editorial recente "O Estado de São Paulo", intitulado — "A justiça no limite do impossível" — em que positiva:

Ninguém é obrigado ao impossível, diz uma velha e sábia máxima do Direito. Mas, quando se pede de um poder do Estado, como o Judiciário, o impossível, é para o colapso desse Poder e do Estado que se caminha. E, com este, caminha-se para o entorpecimento da consciência coletiva quanto às fronteiras entre o lícito e o ilícito.

Ora, a Justiça brasileira, em sua mais alta Instância, o Supremo Tribunal Federal (STF), está no limite do impossível. De uma carga anual de 6.637 causas em 1989, já descomunal em comparação com a das cortes supremas em qualquer país moderno, ele passou, em 1997, a 40.283 causas. Com o mesmo número de ministros, hoje, que então; do que se conclui o absurdo de estar arcando cada um deles, com nada menos de 3,7 mil processos — dez

vezes mais do que examinarão seus colegas, por exemplo, da Alemanha.

A realidade do STJ não é menos crítica. Criado pela Constituição de 1988 e instalado em abril de 1989, o quadro abaixo retrata o número sempre crescente de processos distribuídos e julgados, revelando o trabalho extraordinário que desenvolvem os ministros e funcionários daquela alta Corte.

Processos Distribuídos, Julgados e Pendentes de Julgamento no Período de 07/04/89 a 19/12/97							
Processos Anos	Pendentes Do(s) Ano(s) Anterior(es)	Distribuídos	Julgados ¹	Pendentes do ano		Pendentes Acumulados	
				V. Relativo	(%)	V.Relativo	(%)
1989	..	6.103	3.550	2.553	41,83	2.553	41,83
1990	2.553	14.087	10.829	3.258	23,13	5.811	28,78
1991	5.811	23.368	17.527	5.841	25,00	11.652	26,75
1992	11.652	33.872	28.673	5.199	15,35	16.851	21,76
1993	16.851	33.336	31.295	2.041	6,12	18.892	17,06
1994	18.892	38.670	39.034	-364	-0,94	18.528	12,40
1995	18.528	68.576	57.338	11.238	16,39	29.766	13,65
1996	29.766	77.032	71.122	5.910	7,67	35.676	12,09
1997	35.676	96.376	91.263	5.113	5,31	40.789	10,42
Total		391.420	350.631	40.789		40.789	10,42

Fontes: Subsecretárias: Autuação, Classificação e Distribuição de Feitos; Corte Especial; Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

Nota: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

E para que tenham uma idéia do que ocorrerá no ano em curso, vale dizer que até o dia 30 de março foram distribuídos 18.387 processos, julgados em sessão 9.385 e decididos monocraticamente

¹ Não estão incluídos os 23.015 Agravos Regimentais e os 12.654 Embargos de Declaração [totalizando 35.669 feitos], em virtude de serem contados apenas os processos distribuídos. [350.631 + 35.669 = 386.300 processos julgados].

10.421, num total de 19.806 recursos, o que significa dizer que foi superada pelas decisões, no trimestre, a massa de feitos distribuídos.

A Justiça Federal, em todas as instâncias, encontra-se, de igual sorte, assoberbada. Em São Paulo, a média de processos distribuídos por Vara chega a 10.000 (dez mil) ou mais.

A Justiça do Trabalho, por igual, se encontra vivendo em permanente colapso, ou, para usar uma expressão muito em moda na política dos anos cinquenta, à beira do abismo.

A estatística abaixo reproduzida bem atesta o quadro revelador das suas carências:

EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO								
TST			TRT			JCJ		
ANO	AUTUADOS	SOLUCIONADOS	ANO	AUTUADOS	SOLUCIONADOS	ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS
92	24.758	28.447	92	257.318	174.418	92	1.517.916	1.337.986
93	34.408	35.938	93	312.379	272.271	93	1.535.601	1.507.955
94	65.792	44.695	94	358.498	346.248	94	1.624.654	1.676.186
95	93.484	56.033	95	363.576	358.832	95	1.823.437	1.702.931
96	106.730	57.863	96	348.240	358.427	96	1.936.824	1.861.253
97	91.853	87.607	97	367.857	411.545	97	1.979.845	1.919.693

Na justiça comum, ao tempo em que advogava, na Bahia, cada uma das Varas cíveis contava com cerca de 5.000 processos. Recente estatística que li publicada no jornal A Tarde revela que nos meses de janeiro a março do ano em curso foram distribuídos 11.437 processos, sem contar os dos juizados especiais.

O quadro do Poder Judiciário é caótico, revelando que a magistratura brasileira, ao contrário do que apregoavam alguns desavisados, não raro defensores de controle externo que não sabem sequer definir, vem trabalhando além dos limites da razoabilidade.

É de notar-se que tal panorama se apresenta após a concretização de várias reformas, a partir da criação da Justiça Federal de primeira instância, recriada pela Lei 5.010, de 30.05.66, e que desafogara a justiça estadual, dela retirando a competência para julgar as ações em que figurem a União, autarquias e empresas públicas como interessadas na condição de autora, rés, assistentes ou oponentes.

Quando se discutiu, no Senado da República, a reforma empreendida no Governo Geisel, o Senador Acioli Filho, ilustre Relator, indicou a disparidade abismal entre o número de juízes alemães e brasileiros, proporcionalmente às populações da então Alemanha Ocidental e Brasil. O mesmo desencontro se observa no Estado de Direito democrático, agravado pelos fantásticos planos econômicos — os chamados planos Funaro, Bresser e Collor. Naquela época, o senador Acioli Filho indicava a necessidade de 50.000 juízes para igualar-se à parcela populacional servida por magistrado na Alemanha Ocidental. Indaga-se, porém, como será possível tal ampliação diante da absoluta carência do Estado? É preciso não esquecer que o Judiciário Federal dispõe apenas de 0,95% do orçamento nacional. A proporção de 30.000 brasileiros para cada juiz por certo continuará por muitos e muitos anos, pelo menos até que se ajustem a economia e as finanças públicas do país, por isso mesmo que a crise do Poder Judiciário não passa de uma das vertentes da grave crise do Estado brasileiro. A crise da saúde, da educação, da indústria e do comércio, geradoras de crescente desemprego, as graves distorções na distribuição de renda, a má distribuição da terra, a miséria reinante no nordeste, enfim, a crônica exigüidade do cobertor permitirá eleger-se como prioridade nacional a ampliação dos quadros da Justiça brasileira? Penso que não. Os poucos recursos de que dispõe a Nação continuarão a ser dirigidos aos setores denominados reprodutivos, voltados diretamente à produção de riqueza e bem-estar. E penso que assim deve ser, com ênfase à educação e à saúde pública, até porque a solução dos problemas do judiciário passa

necessariamente pelo aprimoramento do sistema educacional brasileiro, com ênfase ao ensino primário e secundário e à reestruturação das universidades, em estado pré-falimentar. A fantástica desproporção entre o número dos inscritos e aprovados nos concursos públicos, que, não raro, não permitem o preenchimento dos cargos perseguidos, é revelador de carências educacionais, embora não seja de encobrir-se a inadequação dos métodos utilizados e o excessivo rigor das bancas examinadoras. O certo é que os registros do Supremo Tribunal Federal revelam que dos cerca de onze mil cargos de juízes existentes no país em todas as instâncias somente estariam preenchidos 85 ou 90%, e já nos dias que correm se observa que vem diminuindo substancialmente o número dos que se candidatam ao exercício da árdua e difícil missão de julgar, diante sobretudo da ameaça de perda da prerrogativa da irredutibilidade de vencimentos na aposentadoria. As carreiras no Ministério Público e na Advocacia da União vêm sendo mais procuradas pelos jovens bacharéis em Direito. Se temos significativas vagas nos quadros atuais do judiciário, não é razoável que pudéssemos ampliar o quadro para 50.000 juízes e preenchê-los em tempo curto, com o que diminuiríamos a relação desproporcional de 30.000 habitantes para cada juiz. Demais disso, há que se considerar as dificuldades legislativas para aprovação de novos cargos. Basta referir que o projeto de ampliação do número de juízes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja competência abrange todos os Estados do Norte, Bahia, Centro Oeste e Minas Gerais, não foi aprovado pelo Congresso.

É certo que se faz necessário promover a ampliação dos quadros da magistratura nacional. Mas haverá de ser implementada com uma racional estruturação dos quadros de apoio, aproveitadas ao máximo as modernas conquistas propiciadas pela informatização dos serviços.

As providências necessárias à modernização vêm sendo adotadas, na medida em que os orçamentos da União e dos Estados

permitem. Nos pretórios de primeira instância, nas capitais dos Estados federados, e na Justiça Federal já se torna comum o uso do computador, permitindo maior rapidez na prestação dos serviços. Convém, porém, não esquecer que toda moeda tem duas faces, e a ampliação das informações fez crescer, e felizmente, o número dos brasileiros ansiosos pelo exercício pleno da cidadania, com que haverão de conquistar os ideais humanos de liberdade, igualdade e fraternidade. Basta ver a ampliação desmesurada do número de ações propostas no país para concluir que o Poder Judiciário avulta como o capaz de realizar os anseios da cidadania. O povo luta nos pretórios por seus direitos. E é ótimo que assim seja, para afastar, para sempre, o espectro das ditaduras. E nada há de mais compensador, em meio a avalanche de processos no gabinete, que constatar que os cidadãos brasileiros estão resistindo, estão combatendo o bom combate nas lides judiciais propostas contra o arbítrio, a ilegalidade e o abuso de direito. As filas quilométricas formadas nas sedes da Justiça Federal para distribuição de ações contra o Plano Collor revelam o novo homem brasileiro, sequioso de direitos e de justiça, nascido com a reimplantação do Estado Democrático de Direito.

A corrida ao Judiciário, motivada pela implantação dos planos econômicos, agravou sensivelmente o quadro deficitário então existente, conduzindo à denunciada inviabilidade da mais alta Corte do País. É que foram propostas milhares de ações contra as "tablitas", e aos milhões contra o confisco do patrimônio mobiliário dos cidadãos. Filas intermináveis se formaram às portas das sedes da Justiça Federal para distribuição de ações que têm curso ainda hoje nos tribunais para definição do índice a ser aplicado na correção das expressões monetárias dos ativos retidos pelo Banco Central.

A inflação constituiu um outro grande óbice ao bom funcionamento da justiça. A tarefa de corrigi-la até hoje ocupa os

tribunais, repletos de ações propostas por mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, poupadores, e titulares de contas do F.G.T.S.

Adicione-se a resistência obstinada das pessoas jurídicas de direito público, sempre prontas a interpor recursos especiais e extraordinários, com o que entulham os gabinetes dos ministros do STJ e STF de causas repetidas, no mais das vezes enfrentando jurisprudência pacífica e mesmo sumulada. Os empréstimos compulsórios provocaram milhares de ações e de acórdãos nos tribunais superiores. E mesmo após decretos baixados pelo Executivo autorizando que não fossem interpostos recursos sobre a matéria, ainda hoje julgamos, na 1ª Seção do STJ, recursos especiais versando a matéria.

Acresça-se à avalanche de processos a "inflação de leis" vigentes no País e temos formado o caos em que se desespera o Juiz brasileiro. Em primoroso artigo intitulado "Inflação de leis" desafia ordem constitucional, publicado no "O Estado de São Paulo", **Silvio Bressan** retrata a "babel jurídica" constrangedora do cidadão, que, nos termos do art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil, não "pode escusar-se de cumprir a lei sob o pretexto de não conhecê-la". Diz o articulista:

Um atropelamento intencional pode ser menos grave do que um atropelamento casual? Uma contravenção penal pode financiar a seguridade social? O dono de um motel ou *drive-in* pode ser enquadrado como criminoso? E o adúltero? Uma prefeitura pode legislar pela União? E o Estado pode legislar pela prefeitura? Tudo isso é possível no emaranhado de mais de 1 milhão de leis do País. Obsoletas, contraditórias, absurdas ou simplesmente inúteis, a maioria dessas leis já deveria ter sido revogada, mas continua em vigor.

A chamada "inflação legislativa" já despertou a atenção do governo federal, do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa de São Paulo, que montaram comissões para consolidar a legislação no Estado e no País. Não é uma tarefa fácil. Só em São Paulo, o deputado Dráusio Barreto (PSDB), presidente da Comissão Especial de Consolidação das Leis Estaduais, revela que existem 23.295 leis ordinárias e mais de 100 mil decretos em vigor. O assessor jurídico da

Presidência, Gilmar Ferreira Mendes, contabiliza 9.234 leis federais ainda não revogadas.

Como se não bastassem tantas leis e decretos, o governo ainda tem as medidas provisórias (MPs), instrumento usado pelo Executivo para legislar. Criadas pela Constituição de 1988, as MPs deveriam ser utilizadas apenas em casos de urgência. Se não virassem lei em 30 dias, seriam extintas. Na prática, o governo usa e abusa das MPs, que são sempre reeditadas com uma nova numeração. Até agora, desde a sua criação, foram editadas 1.621 MPs. Na Espanha, por exemplo, o governo editou 40 MPs em todo o ano de 1994. "Houve uma gritaria tão grande que o governo precisou prometer não repetir mais aquilo", conta o jurista **Ives Gandra Martins**.

Para agravar a situação, no Brasil todos os 5.500 municípios podem produzir leis. "Nos outros países, pode haver uma jurisdição federal e outra da província ou da região", explica **Gandra**. "Só aqui temos de conviver em três níveis jurisdicionais: União, Estados e municípios", critica. "O que o prefeito fizer nem o presidente pode interferir." O resultado disso, segundo **Gandra**, é assustador. Ele ressalta que cada município produz, no mínimo, uma centena de leis, enquanto os cem maiores podem chegar a mil diplomas legais. "Só o município de São Paulo tem 7 mil leis", cita.

Além disso, **Gandra** destaca que todos os 26 Estados e o Distrito Federal possuem sua legislação. "Pode-se falar em um milhão, mas se você retroceder a 1820 e somar tudo devemos chegar a 6 ou 7 milhões de leis", calcula. De acordo com Dráusio, a França possui hoje cerca de 8 mil leis. "Em 1996, foram editadas 28 leis e a população francesa ficou revoltada com o que considerava uma verdadeira agressão à cidadania", lembra (**in** "O Estado de São Paulo", ed. 1º.3.1998, Caderno A, pág. 4).

Não pára aí o ilustre articulista. Continuando na lúcida análise do ordenamento legal brasileiro, positiva:

Na contramão, o Brasil não só produz um número absurdo de leis como constrange o cidadão. Com toda essa babel jurídica, o artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil continua em vigor. Ali está explícito que "ninguém pode escusar-se de cumprir a lei sob o pretexto de não conhecê-la.

Concluindo o artigo, após transcrever opiniões de outros ilustres juristas em torno da confusão reinante no sistema legal, transmite a lúcida observação do Deputado Dráusio Barreto:

Dráusio acha que o caos jurídico do País só será resolvido quando o Congresso mudar de atuação. "Em países mais desenvolvidos, o papel fundamental do Legislativo é fiscalizar e cobrar o Executivo", explica. Segundo ele, um assunto só vira lei depois de ser exaustivamente discutido por toda a sociedade. No Brasil, lamenta Dráusio, o funcionamento é inverso.

Viver dentro desse verdadeiro cipó legal, editado pela União, Estados e Municípios, é sumamente difícil para o brasileiro deseducado, sobretudo se pertence a larga faixa dos excluídos, que sequer pode aprender a ler. A propósito das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos, lembro-me de primoroso artigo escrito pelo eminente jurista **Miguel Seabra Fagundes**, notável administrativista, no qual enfatizava a sua dificuldade em responder qualquer consulta de pronto face à plethora de decretos, regulamentos e instruções baixados pelos Governos revolucionários. Imaginem as dificuldades dos juizes, mormente daqueles que exercem a nobilíssima missão no interior do Norte e do Nordeste do País, obrigados a aplicar a lei aos fatos relatados pelas partes.

A propósito da crise da universidade brasileira, o Senador Josaphat Marinho, em recente artigo intitulado "Crise e greve nas Universidades", aborda, *en passant*, o problema da elaboração das leis, ensinando, com a autoridade de renomado professor de Direito Constitucional e notável parlamentar:

...Revela-se essencial que a alteração das leis e a elaboração de outras novas se façam com a participação ampla das universidades. Se a estas cabe, efetivamente, a execução das normas, cumpre fazê-las intervenientes de verdade no processo legislativo. A experiência universal mostra que as leis de maior aceitação e eficácia são as resultantes do largo consentimento coletivo. É que a sociedade, por suas diferentes categorias, admite mais facilmente a lei ajustada a seus anseios do que a imposta pelo poder político, de

modo unilateral. Nas universidades, onde a inteligência se aperfeiçoa para o exercício da liberdade, mais nitidamente se afirma essa verdade. (**in** Correio Braziliense, ed. 9.05.98).

O Processo Civil e a ampla defesa

O processo desenvolveu-se de forma acentuada no Brasil, seguindo o modelo português das Ordenações Filipinas, com significativas alterações introduzidas pela marcante influência de **Liebmam**, o grande divulgador da doutrina italiana.

A escola paulista de processo, liderada pelo Prof. **Alfredo Buzaid**, Ministro da Justiça, promoveu a reforma do Código de Processo Civil promulgado pelo D.L. n. 1.608, de 18 de setembro de 1939, substituindo-o pelo Código aprovado pela Lei n. 5.869, de 11.1.1973, em vigor desde 1º.1.1974, com as alterações introduzidas pela Lei n. 5.925, de 1º.10.1973, na definição de eminentes processualistas um dos mais bem elaborados diplomas legais de que se tem notícia no campo do direito processual, doutrinariamente falando.

Ao longo dos vinte e cinco anos de sua aplicação são, porém, inúmeras as deficiências de ordem prática apontadas por eminentes processualistas, magistrados e advogados. E muitas as alterações que nele se processaram, embora algumas emendas tenham saído pior que o soneto, como ocorreu com o agravo de instrumento.

Razão assiste ao eminente processualista **Barbosa Moreira**, quando ensina sobre o tema:

O trabalho empreendido por espíritos agudíssimos levou a requintes de refinamento a técnica de direito processual e executou sobre fundações sólidas projetos arquitetônicos de impressionante majestade. Nem sempre conjugou, todavia, o risco inerente a todo labor do gênero, o de deixar-se aprisionar na teia das abstrações e perder o contato com a realidade cotidiana. A fascinante sutileza de certas elaborações parecia ter contrapartida mais admirável no

ocasional esquecimento de que nem tudo devia resumir-se num exercício intelectual realizado sob o signo da "arte pela arte" ou, se preferir, da "ciência pela ciência".

Não há menoscar os frutos de tão nobre fadiga. Sente-se, porém a precisão de aplicar com maior eficácia à modelagem do real às ferramentas pacientemente temperadas e polidas pelo engenho dos estudiosos. Noutras palavras: toma-se consciência cada vez mais clara da função instrumental do processo e da necessidade de fazê-lo desempenhar de maneira efetiva o papel que lhe toca. Pois a melancólica verdade é que o extraordinário progresso científico de tantas décadas não pôde impedir que se fosse dramaticamente avolumando, a ponto de atingir níveis alarmantes, a insatisfação, por assim dizer universal, com o rendimento do mecanismo da justiça civil. (in "Revista de Processo", 31/199).

Às deficiências materiais e de pessoal crônicas, resultantes da realidade econômica e política brasileiras, responsáveis pela exígua parcela de recursos do Orçamento da União e dos Estados destinados ao Poder Judiciário, somam-se as inadequações das normas processuais à realidade brasileira, dentre elas avultando-se a plethora de recursos e a amplíssima proteção ao réu na execução, emperradoras do curso dos processos.

A proliferação de recursos, assecuratória, é certo, de decisões mais aprimoradas, conduz, porém, inexoravelmente, ao retardamento da solução do litígio. Veja-se, por exemplo, o que pode acontecer no curso de uma ação ordinária de indenização proposta por A contra B. Realizada a citação de B, nasce o direito à resposta. Com ela poderá o Réu: impugnar o valor da causa; excepcionar a competência do juízo; reconvir, devendo, antes de discutir o mérito, alegar: I — inexistência ou nulidade da citação; II — incompetência absoluta; III — inépcia da inicial; IV — preempção; V — litispendência; VI — coisa julgada; VII — conexão; VIII — incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; IX — convenção de arbitragem; X — carência da ação; XI — falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.

Ao juiz caberá ordenar o processo mediante despachos; resolver as questões incidentes; e pôr termo ao processo mediante sentença, decidindo ou não o mérito da causa. Das decisões e sentenças caberão os recursos de agravo e apelação, respectivamente. Na discussão do mérito da causa, sobretudo no exemplo dado, faz-se necessária a produção de prova, não raro sendo requeridos todos os meios, dentre os quais positivaremos a juntada de documentos, ouvida de testemunhas e perícia técnica. Pois bem, a cada decisão incidental exarada pelo juiz corresponderá o direito da parte atingida de recorrer em agravo de instrumento para o Tribunal de segunda instância e daí para o STJ e STF. A negativa de realização de perícia, por exemplo, ou mesmo a recusa de perito nomeado, ensejará oportunidade ao Réu de submeter a questão à instância especial, em lhe sendo desfavorável o acórdão, vale dizer, a decisão do Tribunal. No STJ temos julgado recursos especiais em que se discute o valor da causa. E graças ao princípio da ampla defesa, hoje proclamado na Constituição, até o litigante nos Juizados Especiais poderá intentar recurso extraordinário para o Pretório Excelso. Como se observa, o agravo de instrumento contra decisões interlocutórias possibilita ao litigante, sobretudo ao de má-fé, o retardamento da solução da lide face aos assoberbados tribunais. De notar-se que a interposição do agravo pode ter efeito devolutivo ou suspensivo, com as alterações introduzidas pela Lei n. 9.139, de 30.11.95, o que significa dizer que o processo principal ficará, no mais das vezes, paralisado, aguardando a demorada solução da questão incidental, que não é difícil de provocar, sucedendo-se vários agravos num mesmo processo, eternizando-o. Prolatada a sentença, caberá o recurso de apelação, com efeito devolutivo ou suspensivo. Se o julgamento pela Turma ou Câmara julgadora não for unânime, cabe o recurso de embargos infringentes. Se não forem admitidos pelo Relator, caberá agravo para o órgão competente para o julgamento do recurso, geralmente as Câmaras Cíveis Reunidas. Se não for provido o agravo, novos recursos especial ou extraordinário poderão

ser intentados. Julgados a apelação ou os embargos infringentes, os acórdãos poderão ser objeto de embargos de declaração, se contiverem obscuridade, contradição ou omissão. E não são poucos os casos de interposição de embargos de declaração contra acórdãos proferidos em embargos de declaração. Em seguida, poderão ser requeridos simultaneamente recursos especial e extraordinário. Aos acórdãos neles exarados poderão ser opostos os recursos de embargos de declaração e de divergência, esses absolutamente necessários à uniformização da jurisprudência.

Como se pode concluir, face à grandeza dos números de recursos especiais e extraordinários que abarrotam os gabinetes dos ministros do STJ e STF, é longa e penosa a marcha dos processos até a definição do direito e da lei aplicáveis ao caso concreto, ou seja, à solução da lide, que constitui a coisa julgada, pilar fundamental do denominado processo de conhecimento.

Mas, finalizado o processo de conhecimento, inicia-se a fase processual de liquidação da sentença, no mais das vezes indispensável à exata definição do bem da vida obtido na "coisa julgada". A realidade inflacionária determinante da atualização da expressão monetária dos valores dos bens, transformou o que se constituía em mero cálculo em verdadeiro processo de liquidação, sujeito aos mesmos recursos descritos. De modo a positivar as dificuldades enfrentadas nessa questão, basta dizer que até hoje se discute, em sede de recursos especial e extraordinário, em torno do índice aplicável à correção da expressão monetária deste ou daquele valor atribuído aos diversos bens da vida.

Liquidada a sentença, se o devedor da obrigação não a cumpre voluntariamente, impõe-se à parte vencedora executá-la. Iniciará, então, o processo de execução, também submetido aos mesmos recursos.

Impõe-se dizer que cerca de 70 a 75% dos recursos versa sobre questões processuais, atacando, na grande maioria, decisões interlocutórias, e são, não raro, meramente protelatórios. A profusão deles é, a meu ver, a causa principal do congestionamento dos tribunais superiores.

O processo é interminável, ao menos para as pessoas de vida curta.

E quando se transporta tal realidade à Justiça do Trabalho, onde o CPC tem aplicação subsidiária, mais se adensa a justa revolta e inconformidade do cidadão, que a Constituição de 1988 resgatou, assegurando-lhe direitos que quer reconhecidos e proclamados pelo Estado através do Poder Judiciário. O devedor da indenização é a empresa, a mesma obrigada a captar recursos financeiros a juros indecentes no chamado "mercado financeiro", enquanto o passivo trabalhista é atualizável monetariamente e acrescido de juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano. Ora, se até nos anúncios de venda de eletrodomésticos se enfatiza a "modicidade" de juros de 6% (seis por cento) cobrados de forma composta, isto é, juros sobre juros, nada mais barato para a empresa que pagar uns poucos salários mínimos a um advogado e protelar, o mais possível, o cumprimento de sua obrigação. Além da gritante diferença de custos, o retardamento geralmente propicia um acordo excelente para a reclamada e aviltante para o reclamante, que invariavelmente cede de 40 a 60% (sessenta por cento) do seu direito para realizá-lo, mesmo arrostando grave prejuízo, com maior brevidade. O mesmo ocorre na justiça comum e na federal, quando o Réu é a União, Estados e Municípios. E quando se sabe que o Estado, nas três esferas, e suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações é o maior usuário da Justiça, figurando em cerca de 80% (oitenta por cento) das ações em curso, e resiste ao cumprimento das

suas obrigações, é de concluir-se que a morosidade vem servindo à postergação do cumprimento das suas obrigações.

O quadro do Poder Judiciário é desalentador. Excepcionais julgadores brasileiros vêm, faz muito, advertindo a Nação para a gravidade da situação. O decano do STF, o eminente Ministro José Carlos Moreira Alves, entrevistado pela revista *Veja* em março do ano de 1977, à pergunta "tudo bem ministro?", respondeu; "Tudo péssimo! Olhe bem para essas salas e me diga se alguma coisa pode estar bem". As salas que compõem o seu gabinete, com duzentos metros quadrados de área, estavam cheias de processos, cerca de 2.000, espalhados pelo cantos, informou o repórter. Continuando, disse o mestre renomado: "Estou aqui há 22 anos. Vivia em dia com os processos. Agora, nem que a minha jornada diária tivesse 48 horas, eu daria conta do serviço. No ano passado, julguei 4.000 processos. Esse é o pior emprego do mundo". O eminente Ministro Sydney Sanches, lamentando, declarou: "Quando vejo que não vou dar conta dos processos que tenho de julgar, vem uma depressão que é horrível". Os presidentes Sepúlveda Pertence e Celso de Mello não cansam de apontar a inviabilização da Suprema Corte, tragédia extensiva a todo Poder Judiciário brasileiro. O título do artigo "Exaustos Meritíssimos" e o excelente texto revelam as dificuldades com que se debate o sistema judiciário nacional, reclamando urgentíssimas providências.

Possíveis soluções

1. Afastada a hipótese do aumento dos quadros, a submissão do Estado à orientação dos seus serviços jurídicos diminuiria, sensivelmente, a prática de atos administrativos contrários à lei e ao direito.

2. O rigor ético na condução dos interesses do Estado conformando-os aos ideais coletivos, por certo resultaria no aprimoramento da democracia com o fortalecimento da cidadania.

3. A subordinação da economia à política voltada à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, com uma distribuição mais equânime da renda nacional, é o mais forte anseio da cidadania.

4. Urgente revisão da legislação em todos os níveis de poder, assumindo o Poder Legislativo o papel de fiscalizador do Executivo, como ocorre em todas as nações civilizadas.

5. Reforma profunda no processo para conformá-lo às necessidades do País, carente de recursos econômicos e ávido por desenvolver-se, com especial ênfase à conciliação e à diminuição dos efeitos do conflito social.

6. A ampla discussão dos problemas e possíveis soluções das crises do Estado, particularmente da que afeta o Poder Judiciário, buscando a formação da ampla maioria democrática, que se caracteriza pelo respeito aos direitos e legítimos anseios da minoria. A elaboração legislativa, calcada só na eventual maioria, desassociada do respeito às esperanças da minoria, conduz quase sempre ao arbítrio, felizmente passageiro na história contemporânea das nações. Quem não se recorda da quase unanimidade alemã consagradora das diatribes e ignomínias de Hitler? A "vontade do povo", que ditou tantas arbitrariedades e crimes contra a pessoa humana, esboroou-se tão logo esmaeceu o regime de força. O mesmo ocorreu recentemente na União Soviética, e mesmo no Brasil, onde assistimos à defecção de fervorosos adeptos da revolução. A prática da democracia impõe o governo da maioria com o respeito sacrossanto ao direito das minorias. A elaboração legislativa só se legitima e adquire plena eficácia com o amplo debate entre todos os segmentos da sociedade, com especial ênfase às discussões no seio da comunidade

universitária, núcleo de excelência intelectual que não pode ser marginalizado em um País pobre, carente de recursos materiais e humanos como, infelizmente, se apresenta o Brasil. E quando se trata de reformar um dos poderes em que se fraciona o Estado, maior relevo haverá de se dar à larga discussão das idéias, de modo a produzir legislação de eficácia duradoura.

Os magistrados brasileiros, na sua grande maioria incansáveis trabalhadores, às vésperas de verem agudizados os graves problemas do judiciário com a aposentadoria de milhares de juízes para escapar aos efeitos das reformas administrativa e previdenciária, continuarão exaustos, à beira da estafa no cumprimento dos seus deveres, aguardando da sociedade as providências necessárias à salvaguarda dos seus legítimos interesses.